

Paralisação de 48h prepara greve pelo PCS

Dias 13 e 14 de junho, pela aprovação do PCS, categoria deve realizar 48 horas de paralisação e comparecer em peso na assembleia estadual no TRE



30/05/2012 - Paralisação de 24h e assembleia ao TRE

- * Servidores dos Três Poderes irão a Brasília na terça-feira (05), para dizer não ao congelamento salarial.
- * PCS pode estar na pauta da Comissão de Finanças e Tributação de quarta-feira (06).

No dia 13 de junho, a categoria tem um compromisso com a luta unificada com os demais segmentos do funcionalismo. Neste dia acontecerá o ato unificado, na Avenida Paulista, em frente ao Banco Central às 10 horas. Este será o primeiro dia de paralisação dentro das 48 horas aprovadas na assembleia do dia 30.

No segundo dia da paralisação, os servidores do Judiciário no estado São Paulo vão decidir sobre a entrada na greve por tem-

po indeterminado, junto com outros setores do funcionalismo que também estão deflagrando paralisações em todo o país.

No dia 14, os servidores irão se concentrar, a partir das 10h, em frente ao TRE-SP, na Rua Francisca Miquelina, 123. A Assembleia Estadual está marcada para as 13h, e a categoria deve avaliar se até aquela data se houve efetiva abertura de negociações, o resultado das 48 horas de paralisação e sobre os próximos pas-

sos a serem dados, que envolve a possibilidade de deflagração da greve por prazo indeterminado para garantir a aprovação do PCS ainda neste primeiro semestre.

A expectativa é que, a partir da paralisação por 48 horas na quarta e na quinta-feira, os servidores possam avançar para a greve por tempo indeterminado. Sem a intensificação da mobilização não haverá PCS este ano.

Reafirmando a campanha salarial unificada, os

servidores dos Três Poderes, farão uma marcha em Brasília no próximo dia 05/06, para protestar em frente ao Palácio do Planalto contra a política de arrocho salarial, imposto por Dilma ao conjunto do funcionalismo

Prestes há completar dois anos 'engavetado' na Comissão de Finanças e Tributação, o PCS-4 deve voltar à pauta da CFT, na próxima quarta-feira (06), e os servidores já estão mobilizados para lotar a sessão e exigir res-

peito à categoria.

Não bastassem os seis anos de congelamento salarial, o presidente da CFT, deputado Antonio Andrade (PMDB-MG), publicou no site da Câmara uma proposta rebaixando ainda mais a versão do atual do projeto, parcelando o PCS em quatro vezes - duas em 2013 e duas em 2014, sugerindo a possibilidade de estender isso a 2015. A categoria vai a CFT para dizer ao presidente que o PCS é para este ano e não para 2015.

Em Brasília

Britto não revela detalhes da conversa com Dilma

Ministro não dá garantias, mas diz estar empenhado. Servidores alertam sobre o calendário de mobilização. (pág. 03)

Em Brasília II

Sintrajud alerta presidente do TSE sobre a greve

Reunidos com a ministra Cármen Lúcia, servidores cobram empenho na busca de negociação do PCS. (pág. 03)

Queda

TSE mantém Navarro à frente do TRE

Para o Sintrajud, situação do magistrado é insustentável. (pág. 04)

Campanha financeira

Contribua com o Fundo de Greve Sintrajud chama a categoria a contribuir com o Fundo de Greve, para poder garantir todas as atividades que essa campanha exige. (pág. 04)

Próximos passos

Categoria tem importantes tarefas nas próximas semanas. Participe! (pág. 03)

Fala servidor:

O que você achou da categoria definir 48 horas de paralisação?

Depois da assembleia, o Sintrajud ouviu alguns servidores sobre a decisão de realizar 48 horas de paralisação. Veja as opiniões.

Fotos Joca Duarte



“Eu achei que é um caminho para a gente reabrir realmente a mobilização. Porque se a gente mantiver o estado de greve é um alerta para o governo e para a cúpula do Judiciário de que a gente pode realmente parar a qualquer momento, e a gente precisa desses momentos,

dessas paradas pequenas para reconstruir o movimento, já que a gente vem cansado das outras greves. Já temos mais de 200 dias de greve por esse mesmo PCS, então a gente precisa realmente desse fôlego, acho que a gente está no caminho”, **Fausta Fernandes da JF de Taubaté e diretora do Sintrajud.**

“Foi um momento importante para a gente marcar posição. E agora é o momento da gente começar a constituir a greve com toda a força. A gente sabe que a gente não está sozinho. É muito acertada essa ideia de fazer uma greve conjunta com os outros segmentos do setor público federal. Foi importante a presença aqui do Sindsef-SP, dizendo que outras categorias também estão com o indicativo de greve, então acho que a gente está entrando em sintonia para enfrentar essa nova etapa.



O salário congelado desde 2006 está afetando muito a categoria. A gente está vendo que sem a mobilização nós não vamos conseguir. Temos que fazer uma greve incisiva, no momento certo, mas acho que a gente vai conseguir”, **Marcelo Penna, servidor da Justiça Trabalhista no fórum Ruy Barbosa.**



“Achei um passo importante, abre uma perspectiva, mas a categoria vai estar atenta para ver a materialização dos fatos que nós esperamos, de Brasília. Porque é uma longa caminhada e já passou da hora de se reconhecer o Poder Judiciário como

um dos elementos importantes para a democracia. Até o momento, não tínhamos um interlocutor à altura, e esperamos que o Ayres Britto responda aos anseios de uma categoria tão especializada, tão qualificada e, politicamente, atenta aos fatos da nação e participante de todos os atos que a cidadania exige. Por isso, a nossa luta não é só pelo PCS, mas por toda estrutura Judiciária que dá suporte ao cidadão, para que ele tenha seus direitos resguardados”, **Rogério Costa Ferreira, da Justiça Federal da capital.**

Ideias

Este espaço será retomado com a edição do jornal de 8 páginas

Assembleia define 48 horas de p Categoria deflagra estado de gre

Servidores prometem intensificar mobilizações pela aprovação do PCS. Calendário de luta Planalto e parlamentares: “Sem negociação, pode não haver eleição”



30/05/2012 - Paralisação de 24h no TRE

A R. Francisca Miquelina, onde fica à sede do Tribunal Regional Eleitoral, foi tomada por centenas de servidores. Vindos de vários fóruns e diversas cidades, eles paralisaram os trabalhos por 24h no dia 30 de maio, e em assembleia estadual aprovaram estado de greve e paralisação de 48h, nos dias 13 e 14 de junho. A retomada da mobilização vem ganhando forças a cada atividade. O ato realizado em frente ao TRE dá um fôlego ainda maior a essa luta.

As próximas 48 horas de mobilização vão preparar a greve pelo PCS. Diante das sinalizações de negociação entre o presidente do STF, ministro Ayres Britto, com o Executivo, e para que estas conversas se concretizem em ações que viabilizem a aprovação do PCS, é preciso intensificar a mobilização com a construção da greve, até que seja aprovado o projeto de revisão salarial da categoria.

Na assembleia do dia 30, a categoria aprovou estado de greve. Assim, os servidores podem ser convocados a qualquer momento, visto que há a sinalização de conversas e possíveis negociações, que podem resultar em propostas.

Calendário de lutas para aprovação do

A categoria de vários estados, na Reunião Ampliada da Fenajufe, no último dia 26 em Brasília, retomada da mobilização nacional.

No dia 05 junho - acontece uma grande marcha em Brasília, junto com os servidores dos Três Poderes para dizer não ao congelamento salarial imposto pelo governo Dilma. Em seguida os servidores irão convocada pelo Fórum Nacional das Entidades dos SPF's.

Dia 06 de junho - Na manhã do dia 06, quarta-feira, a tarefa será na Comissão de Finanças e Tributação.

Dias 13 e 14 de junho - 48 horas de paralisação preparam a greve pelo PCS

Dia 13 de junho - os servidores do Judiciário realizam um ato com os demais segmentos do funcionalismo que já estão em greve, como professores e técnicos das universidades federais.

Dia 14 de junho - Tem nova assembleia estadual para definir os próximos passos, que será em frente ao TRE, na

Britto não revela detalhes da reunião

Presidente do STF recebeu dirigentes da federação do Judiciário e MPU, que comunicaram

Representantes dos servidores do Judiciário Federal voltaram a cobrar do presidente do STF, Ayres Britto, respostas sobre as negociações em torno do projeto salarial da categoria. O ministro outra vez não quis entrar em detalhes sobre a reunião que teve, na terça-feira (29), com a presidenta da República, Dilma Rousseff. Mas reafirmou que tem se empenhado e sinalizou que as negociações estão acontecendo.

Participaram da audiência no STF cinco dirigentes da federação nacional (Fenajufe): Antonio Melquíades, o Melqui; Saulo Arcangeli, Ramiro Lopez, José Oliveira e Jean Loiola. Os dirigentes sindicais comunicaram ao presidente do Supremo Tribunal Federal que os servidores do Judiciário e do MPU aprovaram um calendário de mo-

bilizações para defender o PL 6613/2011, projeto que revisa o plano de cargos e salários, que, sem avanços concretos, a categoria caminha para a greve.

O ministro evitou se estender nas informações - disse acreditar que o excesso de divulgação neste momento não ajuda. Do outro lado, reconheceu que não pode garantir nada quanto aos resultados. Os servidores, então, relataram o que ocorreu em 29 de maio, quando o ministro Cezar Peluso afirmou resolveria tudo com o então presidente do STF, e, no final, nada aconteceu. “Dissemos que isso é uma das razões que faz com que a categoria mantenha o calendário de luta, incluí a construção da greve”, diz Saulo Arcangeli, que também é dirigente do sindicato do Maranhão (Sintrajufe-MA).

Paralisação. Sintrajud vai ao TSE e afirma: "É preciso aprovar o PCS antes da eleição!"

Alerta cúpula do Judiciário,

Recebidos por Cármen Lúcia, sindicato e federação dizem que haverá paralisações e que impasse levará à greve; ministra diz buscar solução

Atividades que vieram à assembleia

Além dos servidores do TRF-3 e JF, da RJ, de Ruy Barbosa e do TRE, vieram à assembleia caravanas de várias cidades: São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Suano, Taubaté, Santos, São Vicente, Praia Grande, Cubatão, Diadema, São José dos Campos, Guarujá e Araraquara. Motivos para lutar não faltam. A categoria está insatisfada com os seis anos de congelamento salarial e como o desrespeito à hierarquia da base.

Repúdio à decisão do TRT contra os metroviários

A assembleia também foi aprovada a moção de repúdio ao TRT-2, por sua atuação em criminalizar os movimentos sindicais. "Esta prática foi utilizada não só em ataque à greve dos trabalhadores metroviários de São Paulo, onde o juiz suspendeu o funcionamento de 100% dos serviços, restringindo o direito de greve", afirmou Dalmo Duarte diretor do Sintrajud e trabalhador do TRF-3.

PCS

Aprova o calendário de lutas para a categoria, que irão ao Palácio do Planalto para realizar a plenária nacional convocada para quando o PCS deve voltar à pauta.

Endereço: Rua R. Francisca Miquelina, 123, 13h.



28/05/2012 - Diretores do Sintrajud Melqui (centro) e Adilson (direita) logo após reunião com a presidente do TSE. Também participou da reunião o servidor João Batista do sindicato de Goiás.

No dia 28 de maio, os dirigentes do Sintrajud Adilson Rodrigues e Antonio Melquiades, que também é coordenador da federação nacional, e o presidente do Sinjufego, João Batista, participaram da audiência com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, e disseram que a categoria espera uma solução para o PCS ainda no primeiro semestre e que o projeto seja aprovado antes das eleições de outubro.

Eles também informaram que os servidores da Justiça Eleitoral e demais ramos já se mobilizam e preparam o início de uma greve na-

cional, caminho considerado inevitável caso não haja uma resposta imediata e favorável ao pleito, cuja espera por uma definição se arras-

a categoria cobra uma solução para o PCS ainda no primeiro semestre e espera que o projeto seja aprovado antes das eleições de outubro

ta há três anos. Também defenderam o direito de greve, ressaltaram o rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores por conta de seis anos de salários congelados e citaram a situação de cres-

cente endividamento da categoria. Ao se referir às negociações pelo PCS, Cármen Lúcia voltou a assegurar que está empenhada na aprovação do projeto. "Dissemos a ela que [a nossa preocupação] é que não se cometa o mesmo erro de Peluso [ex-presidente do STF] e Lewandowski [ex-presidente do TSE], que deixaram para negociar o possível acordo depois das eleições de 2010", recorda Melqui. O que jamais aconteceu.

Chefes de cartórios

A pauta debatida na audiência incluiu, além do PCS, assunto prioritário da reunião, a equipa-

ração salarial dos chefes de cartório do interior com os da capital. A ministra comunicou que o projeto já teria sido remetido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que fosse ratificado e encaminhado ao Congresso Nacional.

Ela foi cobrada a articular com o ministro Ayres Brito o rápido referendo daquele colegiado, com vistas a garantir o imediato envio do projeto ao Congresso.

Sindicato e Federação vão articular os chefes de cartórios em todo o país para forçar a tramitação e aprovação do projeto até as eleições de outubro, desde que eles se comprometam em fazer o que for preciso para que isto de fato aconteça.

Outros pontos abordados foram os mandados de injunção pelo cumprimento do item constitucional que determina a revisão salarial anual, dos quais ela é relatora no STF, o processo administrativo que pede a ampliação dos quadros da Justiça Eleitoral e a defesa da federalização deste ramo do Judiciário, ficaram de ser retomados e debatidos numa próxima reunião.

Com Dilma, diz estar empenhado, mas não dá garantias

ram a ele que, sem garantias, a categoria caminha para a greve

Mistério sobre teor da conversa

O atual presidente do Supremo costuma reservar um tratamento de certo modo informal nestas conversas, mas diz não querer publicidade para as eventuais negociações com o Executivo. E insiste nisso.

A reunião com Dilma foi marcada pelo mistério. E isso não só com relação às questões salariais dos servidores. As assessorias do Planalto e do STF divulgaram que a conversa entre eles girou em torno de dois assuntos, um específico outro genérico: a participação do Judiciário na Rio+20 e questões administrativas dos dois poderes.

A imprensa, no entanto, tanto a sindical quanto a mídia comercial, não engoliram essa pauta. O jornal "O Estado de SP", por exemplo, divulgou que o principal assun-

to teria sido 'esfriar' a crise entre o ex-presidente Lula e o ministro do STF Gilmar Mendes. A assessoria da Presidência da República negou. Sindicatos sugeriram que a questão salarial teria sido abordada, mas sem certezas sobre isso.

Na quarta-feira (30), o presidente da Comissão de Finanças da Câmara teria afirmado que a reunião entre Dilma e Britto tratou da questão salarial. Mas não informou o teor da conversa e o resultado dela, tampouco disse qual a fonte da informação que repassava aos servidores, durante a sessão da CFT da quarta-feira (30).

Manter a mobilização

Aos servidores, Ayres Britto não revelou detalhes do que se discutiu naquela audiência -

que já teria sido a segunda conversa entre os dois presidentes. Não chegou nem a afirmar que o assunto 'PCS' tenha entrado na conversa. Mas não negou que o tema está em pauta e que as negociações estão acontecendo. Na avaliação de Saulo, isso só reforça a necessidade de a categoria manter o calendário de mobilização e reforçá-lo. Afinal, o próprio ministro reconhece que não há garantias de nada, embora afirme que está empenhado. Além disso, acredita o servidor, é essa pressão dos trabalhadores que faz com que o próprio presidente do STF se mova nesse sentido. E se mesmo com mobilização nada está garantido, sem ela o projeto do PCS já teria sido remetido ao arquivo morto.

Por Hércio Duarte Filho

Na JT, servidores recebem 3ª parcela de juros dos 11,98%

Com mais de R\$ 84 milhões vindos do TST, TRT-2 realiza pagamento. Administração, porém, precisa garantir transparência e informar quanto deste montante foi destinado aos servidores

Servidores do TRT-2 estão recebendo a terceira parcela dos juros da URV (11,98%). A administração do tribunal confirmou que os recursos para o pagamento deste passivo vieram do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para o TRT-2, foram acrescentados ao orçamento de 2012, R\$ 37.071,742 para pagamento de passivos



2000 - Categoria vai à greve e conquista 11,98

vos aos aposentados, R\$ 45.695,522 para o pessoal da ativa; e R\$ 1.674,944 de contribuição à previdência, somando R\$ 84.442,53.

O sindicato busca esclarecimento junto à administração quanto deste montante foi destinado aos servidores. Segundo a folha de pagamento, o valor recebido

com a terceira parcela deste passivo corresponde a 45% total do valor que os servidores têm a receber. Faltando ainda 55% do valor para a quitação.

Os servidores da ativa estão recebendo a terceira parcela, de quatro, deste passivo. Aos aposentados, este passivo já havia sido quitado

Passivo foi conquistado com batalha judicial e greve no TRE às vésperas das eleições

O reconhecimento desta dívida pelas administrações começou em 1994. Na conversão monetária para a URV, houve uma redução salarial. O sindicato entrou com mais de 200 ações plúrimas, com 10 servidores em cada.

As decisões judiciais não foram cumpridas, sob alegada falta de orçamento. O sindicato mobilizou os servidores do TRE de São Paulo às vésperas das eleições de 2000 e conseguiu pautar o julgamento da matéria no STF. Num primeiro momento, o Supremo reconheceu a dívida apenas até a entrada em vigor do PCS, em janeiro

de 1997. Mas pressionado pela forte greve na eleitoral de SP, que tinha então ampliado-se para o TRE de MG e para o TSE, o STF julgou a matéria novamente, em menos de 10 dias, reconhecendo o pagamento a todos servidores, sem limitação temporal.

Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud, que na época compunha a direção da Fenajufe e conduziu as negociações, lembra: "Foi a greve mais dura, difícil e efetiva que já tivemos que travar até hoje, numa causa que beneficiou todos os servidores do Judiciário no país e que foi estimada em mais de 4 bilhões à época".

Próximo tema do ciclo de palestras será sobre a crítica não marxista, com o tema Estado de Exceção schmittiano

Administração do TRF-3 reconhece Adicional de Qualificação aos debates realizados no ciclo de palestras organizado pelo Sintrajud.

No dia 25 de maio foi dado início ao ciclo de palestras sobre Filosofia Crítica do Direito. A primeira atividade do ciclo contou com a participação de dezenas de servidores de vários locais de trabalho.

O próximo tema a ser abordado por esse ciclo de palestras será A Crítica não marxista, onde será debatido o Estado de Exceção schmittiano. Essa palestra acontecerá dia 12 de junho, entre 19h30 e 22h30, e será ministrada por Daniel Nagao que é mestre e doutorando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde

leciona Ciência Política.

Interessados devem se inscrever na secretaria política do sindicato, pelo telefone (11) 3222-5833, para a obtenção da comprovação de participação.

TRF-3 reconhece AQ para o ciclo de palestra

A administração ressalta apenas que por se tratar de um ciclo de palestra com duração individual de três horas, será validada a AQ somente ao servidor que participar em pelo menos três palestras, computando oito horas de capacitação.

TSE afasta decisão do TJ-SP e mantém Navarro à frente do Eleitoral

Para o Sintrajud, permanência de Navarro à frente do maior colégio eleitoral do país é insustentável

Na quinta-feira (31), o Tribunal Superior Eleitoral suspendeu o afastamento do desembargador Alceu Navarro Penteado do Tribunal Eleitoral Paulista. O afastamento tinha sido determinado um dia antes, pelo Órgão Especial do TJ-SP.

Navarro é acusado de ter beneficiado a si próprio, com o pagamento de férias e outros passivos acumulados, quando esteve à frente da Comissão de Finanças do TJ-SP.

Para o Sintrajud, a permanência de Navarro à frente do maior colégio eleitoral do país é insustentável. A entidade opina que um desembargador que vai julgar a "Ficha Limpa" de candidatos não pode ter a sua conduta questionada.

No TSE, o caso foi apre-

ciado a pedido do ministro Marco Aurélio, que considerou o TJ-SP ter exorbitado seu âmbito de atuação: "Não sei se talvez pela composição gigantesca do órgão especial (do TRE-SP), talvez por ser São Paulo, um Estado país dentro do país, que se caminhou para a mesclagem, para uma ingerência em um órgão federal", noticiou o site do TSE.

Os ministros Dias Toffoli, também do STF, Arnaldo Versiani e Henrique Neves se alinharam pelo não afastamento de Navarro da presidência do TRE-SP. Já a corregedora eleitoral, Nancy Andriighi, a presidente Cármen Lúcia e o ministro Gilson Dipp votaram a favor de o tribunal se posicionar após todos se interarem do processo.

Teatro e dança



A partir de 11 de junho, as aulas de dança acontecem na segunda-feira, e não mais as terças, elas começam 20h.

As oficinas de teatro acontecem as quintas, a partir das 20h. Vale destacar que as inscrições não foram encerradas com o início das aulas, elas estão abertas aos servidores.

Contribua com o Fundo de Greve

Estamos entrando em mais um momento de mobilização. O Sintrajud desde já chama a categoria a contribuir com o Fundo de Greve, para poder garantir todas as atividades que uma campanha como essa exige.

Além solicitar a doação dos 60% do Imposto Sindical, o Sintrajud chama a categoria a contribuir com o Fundo de Greve.

Os depósitos podem ser feitos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal



BB nº 001
Conta Poupança
Agência 3324-3
Nº da conta-DV 535.500-1
Variação 51



Caixa Econômica Federal nº 104
Agência 1004
Operação 22
Nº da Conta - DV 49-9



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Eron Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br

Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | Colaborador: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Gouveia | Tiragem: 13.000 exemplares

